

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

DESENVOLVIMENTO E POPULAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE¹

Marjory Aparecida Miolo², Lauri Basso³, Thiago Beniz Bieger⁴, Sérgio Luís Allebrandt⁵.

¹ Projeto de Iniciação Científica vinculado ao Projeto de Pesquisa do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC/Unijuí) “Gestão Social e Cidadania: o controle social do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNIJUI.
marjorymiolo@yahoo.com.br

³ Professor do DACEC, mestre em Administração pela UFSC, Orientador. E-mail: laurib@unijui.edu.br.

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijuí, bacharel em Direito e Administração e especialista em Gestão Social. E-mail: bieger@live.com

⁵ Professor titular do PPGDR/Unijuí, doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC, líder do GPDeC e coordenador do Projeto de Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A região noroeste do Rio Grande do Sul, além da população dos nativos, foi ocupada por imigrantes predominantemente europeus que, na base da agricultura familiar, tinham entre as iniciativas de sobrevivência a produção agropecuária de sustento com a “utilização intensiva dos recursos naturais, fertilidade natural do solo e mão de obra familiar, em que a produção se destinava basicamente para a alimentação e o excedente era comercializado” (BRUM; TRENNEPHOL, 2005, p. 25 e 26). Destacam aqueles autores que a produção da propriedade era diversificada e envolvia lavouras de milho, feijão, trigo, arroz, mandioca e cana-de-açúcar, e de animais como galinhas, suínos, vacas, tudo em pequena escala.

No processo de modernização a participação do Estado foi decisiva, onde “por meio do crédito rural, da pesquisa, da extensão rural, dos incentivos fiscais, dos subsídios, do controle de preços e de outros mecanismos o Estado definiu uma série de possibilidades para o desenvolvimento da agropecuária e eliminou outras” (Trennepohl, 1997, p. 133, apud Brum; Trennepohl, 2005, p. 30). Alguns agricultores que se mantinham na agricultura tradicional, com pouco uso de máquinas e poucas técnicas de produção, aderiram à modernização, e a tradição de multiculturas desapareceu, o maquinário substituiu a mão de obra humana e os agrotóxicos ajudaram no combate de doenças e pragas, apesar de seu imenso risco à saúde.

Os governos têm viabilizado políticas públicas para beneficiar pequenos agricultores, desde a concessão de financiamentos especiais, até benefícios para a criação de associações e cooperativas, fomento a compras para a merenda escolar, e feiras específicas da agricultura familiar e agroindústrias.

Políticas públicas, tanto do governo federal como do estadual tem oportunizado alguns benefícios no sentido da promoção do desenvolvimento regional com foco na permanência das populações em seus municípios. No entanto, ainda assim a região apresenta perda populacional.

Para se tornarem agentes ou promotores do desenvolvimento regional, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), criados a partir de 1991, foram reconhecidos pela Lei n. 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto n. 35.764, de dezembro de 1994. Conforme o estabelecido na Lei, seus objetivos envolvem a promoção do desenvolvimento regional harmônico e

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

sustentável, a integração dos recursos e das ações do governo na região, a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente.

Tanto a participação nos processos de planejamento e o efetivo controle sobre a execução e impactos das políticas públicas no espaço regional são grandes oportunidades para os Coredes exercerem suas competências, tanto de agentes promotores como de controle das ações locais e regionais de desenvolvimento exercidas pelo Estado.

Tenório (2012, p. 19), referindo-se ao conceito de cidadania deliberativa, destaca que “é o envolvimento dos cidadãos nos processos de planejamento e implementação de políticas públicas, notadamente nas situações que facilitam o controle social dos ditos processos”.

Mannheim (1971, p. 178) define controle social como o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”. Assim, controle social tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade sobre o Estado.

Barros (1998, p. 31), ao tratar sobre o controle social destaca o enfoque sobre a ação estatal dentro da perspectiva da democratização dos processos decisórios com vistas à construção da cidadania. Destaca ainda que “ao longo de décadas, os governos submeteram os objetivos de sua ação aos interesses particulares de alguns grupos dominantes, sem qualquer compromisso com o interesse da coletividade”.

No entendimento de Correia (2002), o controle social envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população.

Já no que se refere ao conceito de controle interno, nas palavras de Meirelles (2003, p. 636) tem-se a conceituação de controle na esfera administrativa como sendo “[...] a faculdade de vigilância, orientação e correção que um poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”.

Em estudo realizado em municípios dos Coredes Noroeste Colonial e Celeiro, Dias (2012, p. 171) referindo-se a identificação da igualdade participativa percebeu “no discurso dos representantes do poder público da região pesquisada uma expressa intenção de propiciar e valorizar a participação da população na condução das políticas públicas analisadas”. Observou ainda que “a perspectiva da importância da participação parece ampliada, no sentido de considerar que o que é público deve ser discutido compartilhadamente”.

Apesar deste esforço, esta é uma região que vem apresentando um fluxo migratório negativo no seu conjunto nas últimas décadas. Entender as razões deste esvaziamento é fundamental para estabelecer relações com o processo de controle social sobre as políticas públicas na região. Assim, este estudo tem como objetivo verificar como tem se portado o fluxo populacional nos 20 municípios na região do Corede Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Para isso a partir dos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram elaboradas planilhas que apresentam a população do ano de 2000 e do ano de 2010 e suas variações, tanto na área urbana, rural e total de cada município.

METODOLOGIA

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Quanto aos procedimentos a pesquisa se classifica como bibliográfica, pois utilizou-se de livros e revistas relacionados ao estudo do tema em questão e segundo Beuren (2004, p. 86) esse tipo de pesquisa constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, que objetivam recolher informações e conhecimento prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta.

Quanto a abordagem a pesquisa se classifica como quantiqualitativa, pois visa destacar características relacionadas à evolução da população regional, com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No decorrer do estudo foi realizada a análise dos dados relacionados com a população dos 20 municípios que compõem o Corede Fronteira Noroeste do Estado, e a partir disso contribuir com informações como instrumentalização para viabilizar o controle social por parte do cidadão sobre políticas de desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de 1950 surgiram na região noroeste do Estado os bancos com liberação do crédito rural, de empresas e cooperativas agropecuárias com a finalidade de armazenar e comercializar a produção. No entanto, a terra que ficou mais cara e passou a ser tornada como garantia de obtenção do crédito rural. As cooperativas passaram a fornecer insumos para a lavoura e consumo em geral, algumas fazendo o transporte da safra, criando moinhos, e até intermediando financiamentos.

A modernização da agricultura chegou bem mais tarde neste território e os pequenos produtores da agricultura familiar também passaram a investir em maquinários, insumos, sementes geneticamente melhoradas e transformadas, algo que somente médios e grandes produtores anteriormente conseguiam fazer.

Andrioli (2009, p. 13) destacava que na agricultura familiar é o próprio trabalho da família que é responsável pela geração de valor e também é responsável pela maior parte da produção de alimentos, e de integrar a produção e o consumo, pois produzem e também consomem parte de sua produção.

Estudos realizados nas últimas décadas, reforçados por Silva Neto e Basso (2005) identificam que as regiões gaúchas nas quais é visível um processo de desenvolvimento rural mais dinâmico são aquelas nas quais existe uma predominância da agricultura familiar.

No entendimento de Schonardie (2009, p. 123), o movimento cooperativo para os agricultores familiares da região noroeste do Rio Grande do Sul tem servido como instrumento de organização social e econômica. Destaca ainda o “[...] cooperativismo como um movimento concreto de busca de melhorias para as comunidades envolvidas, com o seu desenvolvimento surgindo a partir de ideias associativas que, aos poucos, se transforma em ações econômicas com cooperativados”.

Segundo o estabelecido na Lei, os Coredes têm como atribuições promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região; elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional; - manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política; constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o artigo 149, parágrafo oitavo da Constituição do Estado; orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações do

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Governo Estadual e Federal, na região; e respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Aos Conselhos Regionais cabe exercer um papel extremamente importante, tanto para a região que representam como para o Governo do Estado, desempenhando atividades de colaboração com os órgãos estaduais da área do planejamento, instituições de ensino superior e outras entidades públicas ou privadas na elaboração e discussão de diagnósticos regionais, visando à preparação do Plano Estadual e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e suas respectivas alterações e atualizações. Esse processo ajuda na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços prestados pelo Estado, fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais, colaboração na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos, apoio a reivindicações de interesse regional, encaminhadas pelo Governo do Estado perante a Administração Federal, engajamento na mobilização da comunidade local em torno de campanhas de interesse público, desencadeadas pelo governo.

No estado estão constituídos 28 Coredes, que conforme estabelecido na Lei de sua criação, têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável e o estímulo à permanência do homem em sua região.

Para esse estudo buscou-se dados fornecidos pelo IBGE do ano de 2000 e de 2010 para saber se as políticas de desenvolvimento do Estado promoveram a permanência dos habitantes na região do Corede Fronteira Noroeste, que congrega 20 municípios. Jardim (2010, p. 2) já afirmava que “[...] os fluxos populacionais oriundos do campo, com destino tanto ao urbano quanto às novas fronteiras agrícolas, foram mais intensos na década de 70. Entre 1970 e 1980, em média, o Rio Grande do Sul perdia 21,7 mil pessoas ao ano devido à migração, cifra esta que se reduziu para aproximadamente 2,9 mil na década de 90”.

Por sua vez, Jardim e Barcellos (2011, p. 134) destacam que a mobilidade é um elemento crucial no debate sobre o desenvolvimento regional. Determinados pelas relações econômicas e sociais que se estabelecem no interior das formações regionais e entre os diferentes espaços no território, os deslocamentos populacionais constituem fenômeno em que se expressam as diferenças regionais em várias dimensões, desde a mundial até a local.

Os dados da tabela 1 evidenciam que a população urbana total na região do Corede no ano de 2000 era de 128.449 habitantes e em 2010 aumentou para 137.632 habitantes, um crescimento de 9.183 habitantes e variação positiva de 7,15%. Com relação a população total na região que no ano de 2000 era de 210.366 habitantes, ela diminuiu para 203.494 habitantes em 2010, com variação negativa de 3,27%, ou seja, a população residente na região diminuiu em 6.872 habitantes nesses dez anos. No que se refere a população rural, que em 2000 comportava 81.917 habitantes, em 2010 permaneciam no campo 65.862 habitantes, com variação negativa de 19,60% nos dez anos e diminuição de 16.055 habitantes.

Tabela 1 – População Urbana, Total e Rural de 2000 e 2010 Municípios do Corede Fronteira

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Municípios	População						Variação %
	urbana		total		rural		popul total
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000/10
Alecrim	2.069	2.165	8.487	7.045	6.418	4.880	- 16,99
Alegria	1.607	1.585	5.367	4.301	3.760	2.716	- 19,86
Boa Vista do Buricá	3.663	4.366	6.587	6.574	2.924	2.208	- 0,20
Campina das Missões	2.275	2.188	7.014	6.117	4.739	3.929	- 12,79
Cândido Godói	1.630	1.846	7.092	6.535	5.462	4.689	- 7,85
Doutor Maurício Cardoso	2.619	2.619	6.329	5.313	3.710	2.694	- 16,05
Horizontalina	13.721	14.569	17.699	18.348	3.978	3.779	3,67
Independência	3.987	4.157	7.308	6.618	3.321	2.461	- 9,44
Nova Candelária	267	709	2.883	2.751	2.616	2.042	- 4,58
Novo Machado	1.496	1.553	4.718	3.925	3.222	2.372	- 16,81
Porto Lucena	2.416	2.331	6.398	5.413	3.982	3.082	- 15,40
Porto Mauá	924	954	2.802	2.542	1.878	1.588	- 9,28
Porto Vera Cruz	502	440	2.464	1.852	1.962	1.412	- 24,84
Santa Rosa	55.950	60.366	65.016	68.587	9.066	8.221	5,49
Santo Cristo	7.284	7.781	14.890	14.378	7.606	6.597	- 3,44
São José do Inhacorá	728	832	2.402	2.200	1.674	1.368	- 8,41
Senador Salgado Filho	632	880	2.927	2.814	2.295	1.934	- 3,86
Três de Maio	17.725	18.962	24.136	23.726	6.411	4.764	- 1,70
Tucunduva	3.847	4.035	6.305	5.898	2.458	1.863	- 6,46
Tuparendi	5.107	5.294	9.542	8.557	4.435	3.263	- 10,32
População Total	128.449	137.632	210.366	203.494	81.917	65.862	- 3,27
Variação	7,15%	9.183	-3,27%	- 6.872	-19,60%	- 16.055	xxxxx

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos Censos do IBGE.

Observou-se também que o município de Santa Rosa, o mais populoso da região, teve sua população total aumentada no período em 5,49%. Sua população urbana cresceu com incremento de 7,89%, no entanto, sua população rural diminuiu em 9,32%. Três de Maio, o segundo maior em população no Corede, teve sua população rural diminuída em 25,69%, sua população total diminuiu em 1,70%, pois o aumento de 6,98% de sua população urbana, não foi suficiente para absorver a perda na área rural. O terceiro maior contingente populacional da região do Corede é Horizontalina, que nesses dez anos teve sua população urbana acrescida em 6,18%, mas sua população total cresceu apenas 3,67%, pois sua população rural diminuiu em 5%.

No geral observa-se que dos 20 municípios apenas dois tiveram sua população aumentada e que seis tiveram sua população total diminuída em mais de 15%, sendo que, com relação a população urbana, apenas quatro a tiveram diminuída. Com relação a população rural, onde em média ocorreu diminuição de 20%, constata-se que em todos os 20 municípios ocorreu diminuição, sendo que em 12 deles essa diminuição nos dez anos foi bem maior que 20%.

CONCLUSÃO

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Os dados revelam que no período de 2000 a 2010 a população rural nos municípios do Corede Fronteira Noroeste diminuiu 20%, que a população urbana aumentou em 7,15%, mas a população total nesse período decresceu em 3,27%, o que corresponde a 9.183 habitantes. Os dados revelam que as políticas de desenvolvimento não conseguiram estancar o processo de evasão de pessoas da região. O controle social das políticas de Estado que visam o desenvolvimento regional e o incentivo à permanência do homem no campo, como previsto nos princípios e objetivos dos Coredes, necessita de maior presença no sentido de conter a evasão populacional e, quiçá, reverter essa situação. Isso se dará com maior participação e comprometimento dos agentes locais e regionais e implementação de políticas públicas que possam contribuir para a viabilidade da propriedade familiar, e com isso não apenas manter, mas também aumentar a presença do homem no campo, pois a produção de alimentos de qualidade depende e muito dessa produção.

O Corede é entendido como um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional, sendo que seu funcionamento ocorre por meio da deliberação, em reuniões plenárias realizadas sobre temas de interesse regional. É nesses espaços que a avaliação das políticas públicas necessita ser cotejada com seus propósitos, pois o controle social aflora nas democracias como efetivo mecanismo social de controle sobre o Estado e suas políticas.

Certamente é necessário aprofundar a análise sobre a dinâmica populacional na região noroeste e, em especial, no Corede Fronteira Noroeste. Se a ação dos Coredes é importante no processo de desenvolvimento regional e no controle social das políticas públicas, é também evidenciado que sua ação não é suficiente para conter o fluxo migratório negativo. Mas os agentes do desenvolvimento e atores sociais regionais são os principais responsáveis para viabilizar um olhar mais atento das esferas nacional e estadual do Estado, em especial quanto às políticas de infraestrutura, necessárias para avanços no sentido de garantir a permanência das populações nas suas regiões.

Agradecimentos: À Unijuí pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica; à CAPES pelo apoio ao projeto de pesquisa em rede coordenado pelo GPDeC/Unijuí e pelo PEGS/FGV.

Palavras-Chave: Cidadania; Controle social; População; Coredes.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio (Organ.). Tecnologia e Agricultura Familiar: uma relação de educação. Ijuí (RS): ed. Unijui, 2009. 187 p.

BARROS, Maria Elizabeth Diniz. O Controle Social e o processo de descentralização dos serviços de Saúde. In: Incentivo à Participação Popular e Controle Social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde. Brasília: IEC, 1998.

BRUM, Argemiro; TRENNEPOHL, Vera L. Agricultura Brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas. Ijuí (RS): ed. Unijui. 2005, 128p.

CORREIA, Maria Valéria. Costa. Que controle social na política de assistência social? Serviço Social & Sociedade, Ano XXIII, 72: 43-60, 2002.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

DIAS, Anderson Felisberto. Região dos Coredes Noroeste Colonial e Celeiro (RS). In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Org.) Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 10.283 de 17 de outubro de 1994 oficializou a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Porto Alegre.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira. Tendências demográficas e perspectivas futuras da população gaúcha. A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira; BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.121, p.133-147, jul./dez. 2011.

MANNHEIM, Karl. Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo de sociologia. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SCHONARDIE, Paulo Alfredo. A Agricultura Familiar (Re-) Construída numa relação entre Seres Humanos, Educação, Cooperação e Tecnologia. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio (Org.). Tecnologia e Agricultura Familiar: uma relação de educação. Ijuí (RS): ed. Unijui, 2009.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Desenvolvimento em questão. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento. Ijuí: ed. Unijui, ano 3, n.5. p. 53-72, jan./jun. 2005.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Org.) Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ZAMBERLAN, Luciano. et al. Pesquisa em ciências sócias aplicadas. Ijuí: ed. Unijui, 2014.208p.